

ANEXO IV DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E DECRETO Nº 8.420/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO – LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E DECRETO Nº 8.420/2015

RICCI E SANTOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS com sede social na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1748 – 1º andar, na cidade São Paulo – SP CEP 04571-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 29.225.906/0001-96, representada por seu diretor técnico e administrador, Telefone: (11) 5501-0415, Correio eletrônico: tgor@lawrs.com.br, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, Sr. Tiago Gonçalves de Oliveira Ricci, inscrito no CPF/MF sob o nº 700.802.751-68, para fins do disposto no Edital da RCE nº 05/2021, **DECLARAR**, sob as penas da Lei:

(a) Estar ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras an corrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

(b) Não praticar atos lesivos à EPL, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos:

(1) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

(2) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

(3) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

(4) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

(5) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

(6) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a EPL, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

ou

(7) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a EPL.

(c) A empresa declara, ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que a EPL terá o direito de realizar procedimento de auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Local, 01 de junho de 2021.

Ricci e Santos Sociedade de Advogados

Tiago Ricci – Sócio Administrador